



## Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 6.º, do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro, procede-se à elaboração do relatório designado por “Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas” do Centro Paroquial de São Bernardo (CPSB), no que respeita à atividade realizada em 2025, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e correctivas identificadas.

Nestes termos, o presente documento sistematiza o trabalho desenvolvido pelo CPSB, até 31 de Dezembro de 2025, no que respeita ao exercício de monitorização anual do PGRCIC. Ele espelha o acompanhamento levado a cabo da implementação do citado plano, pela equipa que em permanência monitoriza o cumprimento das medidas adoptadas no sentido de prevenir os referidos comportamentos de corrupção ou geradores de riscos conexos.

O Programa de Cumprimento Normativo (PCN), integra ainda as seguintes componentes:

- Designação do responsável pelo cumprimento normativo;
- Código de Conduta em matéria de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas;
- Programa de formação e comunicação; e
- Canal de Denúncias.

Estas componentes foram aprovadas e implementadas e encontram-se divulgadas no website do CPSB.

<b>Instrumento</b>	<b>Publicação</b>
Designação do responsável pelo cumprimento normativo	Designado no “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas	Disponível em <a href="https://cpsb.pt/quem-somos/#documentacao">https://cpsb.pt/quem-somos/#documentacao</a>
Programa de formação e comunicação	Plano de Formação Anual
Canal de Denúncias	Disponível em <a href="https://cpsb.pt/quem-somos/#documentacao">https://cpsb.pt/quem-somos/#documentacao</a>

O presente relatório encontra-se estruturado em seis secções: uma introdução, uma secção em que se apresenta a equipa responsável pela monitorização do PGRCIC, uma terceira parte em que se apresenta a análise da execução das medidas do PGRCIC, seguida de mais duas secções em que se apresentam, respectivamente, a análise global e propostas de alteração, terminando pela apresentação de algumas conclusões.



### Equipa Responsável pela Monitorização

A monitorização e avaliação do Plano é assegurada pelo Director de Serviços com o apoio do Gestor da Qualidade, tendo por base a informação disponibilizada pelos gestores das medidas, assegurada em sede das reuniões de coordenação.

### Análise da Execução do Plano

Na presente secção, apresenta-se uma tabela que resulta da análise feita ao grau de execução das acções previstas para tratar os riscos que haviam sido identificados e que constam do Plano.

Cada acção definida foi avaliada e classificada, de acordo com o grau de execução apresentado, em quatro níveis:

- Executada: medida implementada na totalidade e está concluída.
- Em curso: a execução da acção foi iniciada, mas ainda não concluída; ou foi dado início ao procedimento, mas a sua execução pode estar temporalmente prevista para uma outra altura, pelo que ainda não se encontra concluída.
- Não executada: medida ainda não implementada, como previsto no Plano
- Sem informação.

Identificação do risco	Medidas a adoptar	Classificação do risco	Execução em 2024	Houve alteração?   De que forma?	Não sabe/ Não se aplica
<b>Processo: Protecção de dados</b>					
Extravio de documentos ou da sua inutilização, por acção humana ou causa naturais	Implementação das medidas previstas no Sistema de Protecção de Dados Pessoais	Reduzido	Executada		
	Auditoria ao sistema de Protecção de Dados		Em curso		
Fuga de informação, quebra de confidencialidade ou uso indevido de informações sigilosa	Procedimentos de controlo interno e acompanhamento e supervisão pela direcção; Consciencialização dos riscos e penalidades decorrentes da quebra dos princípios e valores plasmados no Código de Ética e Conduta dop CPSB	Reduzido	Executada		
Interrupção do serviço, perda, modificação ou adulteração de informação por intrusão, com vista a favorecer e/ou obter vantagem indevida	Procedimentos de controlo de acessos, autorização e autenticação dos recursos e serviços de Tecnologias de Informação disponibilizados; Aplicação de medidas de segurança aos pontos de controlo da rede e regulação do tráfego de dados; Registo de todas as interrupções, causas e soluções implementadas; Procedimentos de classificação da informação em termos de confidencialidade e de partilha pelos utilizadores	Médio	Executada		
<b>Processo: Comunicação Interna</b>					
Omissão/ manipulação de	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos;	Reduzido	Executada		



informação com o objetivo de condicionar a tomada de decisão superior	Procedimentos de controlo interno e acompanhamento e supervisão rigorosa dos requisitos contratuais; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direção e restantes chefias;				
Incumprimento dos regulamentos	Revisão, actualização e divulgação dos regulamentos internos de actividade(s); Aplicação de medidas de segurança e controlo pelas chefias diretas	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Transversal</b>					
Violação do segredo profissional e favorecimento	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Implementação de critérios de perfil competências técnicas e competências pessoais; Aplicação dos princípios e valores consagrados no Código de Ética e conduta do CPSB	Reduzido	Executada		
Recebimento de dinheiros e presentes	Aplicação dos princípios e valores consagrados no Código de Ética e conduta do CPSB; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direção; Monitorização de controlo ao cumprimento do manual de procedimentos	Reduzido	Executada		
Desvio de produtos e bens materiais da instituição	Acompanhamento e supervisão da atividade; Consciencialização dos riscos e penalidades decorrentes da quebra dos princípios e valores plasmados no Código de Ética e Conduta; Procedimentos de controlo interno e acompanhamento e supervisão das áreas operacionais; Monitorização da gestão de stock; Aplicação de medidas de segurança de registo	Elevado	Em curso		
<b>Processo: Pagamentos</b>					
Desvio de dinheiro e valores	Pagamento obrigatório junto dos funcionários da Secretaria.  Entrega de valores exclusivamente ao Director Técnico.  Entrega obrigatória de recibo.	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Recursos Financeiros</b>					
Desvio de dinheiros e valores com vista a favorecer e/ou obter vantagem indevida	Monitorização e participação transversal: Direcção e Contabilidade	Médio	Executada		
Utilização indevida e/ou desvios de dinheiros e valores por abuso de poder, prevaricação	Monitorização periódica da execução orçamental aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas	Médio	Executada		



Processo: Controlo de Gestão					
Incumprimento na aplicação de normas, procedimentos e regulamentos de natureza financeira	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Registo, monitorização e controlo do processo; Consciencialização dos riscos e penalidades decorrentes da quebra dos princípios e valores plasmados no Código de Ética e Conduta; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direção	Reduzido	Executada		
Inconsistências na prestação de contas e da informação contabilística	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direção e restantes chefias; Monitorização de controlo ao cumprimento dos procedimentos	Médio	Executada		
Processo: Recepção de Bens a título de Mecenato/ Donativos					
Incumprimento do procedimento de verificação e controlo	Procedimentos de controlo interno; Segregação de funções; Monitorização de controlo ao cumprimento do manual de procedimentos	Reduzido	Executada		
Recepção indevida do donativo por pressupostos de vantagem(ns) indevida(s)	Formação e sensibilização em práticas institucionais e divulgação do código de ética e conduta; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direção	Médio	Executada		
Processo: Cobrança de dívidas					
Favorecimento de clientes, pessoas ou entidades	Conciliação periódica das contas a receber e das contas a pagar	Reduzido	Executada		
Processo: Aquisição de bens					
Realizar processo aquisitivo sem autorização para o mesmo	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Validação do processo pelo Director de Serviços; Autorização da Direcção	Reduzido	Executada		
Solicitar cotações sempre aos mesmos fornecedores (havendo outros), com vista a favorecimento indevido	Validação do processo pela Director de Serviços; Autorização da Direcção	Reduzido	Executada		
Negociação com vista favorecer e/ou obter vantagem indevida	Validação do processo pela Director de Serviços; Autorização da Direcção	Médio	Executada		
Adjudicação sem obedecer a critérios de transparência e/ou adjudicação da proposta menos vantajosa	Validação do processo pela Director de Serviços; Autorização da Direcção	Médio	Executada		
Processo: Aprovisionamentos					



Gestão ineficiente de bens materiais, designadamente do economato, de parques e armazéns	Acção de monitorização pelo responsável Registo dos materiais levantados Controlo dos registos	Médio	Em curso		
<b>Processo: Contratação Pública</b>					
Conflito de interesses	Declarações de conflito de interesses subscritas por todos os intervenientes no processo e renovadas em novos concursos. Em caso de conflito de interesses solicitar a sua substituição	Reduzido	Executada		
Desconformidades procedimentais	Formação e experiência; Circuitos e procedimentos claramente definidos; Implementação de medidas de retenção do conhecimento em situação de subcontratação (v.g., enquadramento das equipas externas com trabalhador(es) da entidade, exigir nas peças do procedimento a entrega de manuais, descrição de procedimentos, etc.); Responsabilização	Reduzido	Executada		
Práticas lesivas Fraude Conluio	Intervenção de vários elementos no processo e monitorização do mesmo pela Direcção	Médio	Executada		
Falta de fundamentação das decisões	Reforço e robustecimento da fundamentação das decisões/atos, designadamente através da densificação das informações dos serviços	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Viaturas</b>					
Uso indevido de bens do CPSB: Viaturas	Monitorização de controlo ao cumprimento do manual de procedimentos; controlo dos registos	Reduzido	Executada		
Desvios de combustível com vista a obter vantagens indevidas	Monitorização de controlo através das folhas de registos com base nas horas trabalhadas	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Aprovisionamentos</b>					
Incumprimento dos deveres de controlo de fornecimento	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Aplicação de medidas de segurança de registo, monitorização e controlo do processo	Reduzido	Executada		
Incumprimento do procedimento de verificação e controlo	Segregação de funções; Acompanhamento e supervisão da atividade pela Direcção; Monitorização de controlo ao cumprimento do manual de procedimentos	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Aquisição de bens: infra-estruturas/Património</b>					
Realizar processo aquisitivo sem autorização para o mesmo com vista favorecer e/ou	Validação do processo pela Director de Serviços; Autorização da Direcção	Médio	Executada		



obter vantagem indevida					
<b>Processo: Formação</b>					
Seleção não criteriosa de entidades formativas/formadores externos	Actualização regular da bolsa de formadores e verificação da respetiva certificação; Seleção criteriosa de entidades formativas/formadores externos, requisitos legais aplicáveis e especificidades dos conteúdos ou público-alvo; Avaliação do processo formativo/eficácia da formação	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Recrutamento e Seleção</b>					
Não conformidades nos procedimentos, com vista ao enviesamento da seleção e recrutamento	Adequação dos métodos de selecção ao perfil do posto de trabalho privilegiando sempre a prova de conhecimentos e a verificação do background; Monitorização e controlo do cumprimento dos procedimentos do processo; Ponderação objetiva e criteriosa das várias componentes do processo de seleção e recrutamento, a qual é dada a conhecer previamente a todos os intervenientes	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Auditoria</b>					
Conflito de interesses	No início de cada trabalho de auditoria a equipa seleccionada está obrigada a assinar um documento em que se compromete não existir nenhum tipo de prejuízo pessoal em relação àquele trabalho, nomeadamente, conflitos de interesses.	Reduzido			Não se aplica
Ocultação de evidências/factos por parte dos auditados	Divulgar, aos interlocutores, no início de cada trabalho de auditoria, os princípios a que a atividade se encontra vinculada.	Reduzido			Não se aplica
<b>Processo: Denúncias</b>					
Utilização de outros meios para comunicação das denúncias, em detrimento do Canal de Denúncias	Divulgação do Canal de Denúncias de Infrações, e formação	Reduzido			Não se aplica
<b>Processo: Protecção de Dados</b>					
Acesso indevido às informações e quebra de sigilo	Processos individuais encontram-se em arquivo fechado e de acesso restrito aos funcionários com autorização de acesso	Médio	Executada		
	Medidas de segurança nos arquivos documentais dos processos individuais dos clientes e salvaguarda do acesso digital a dados críticos		Executada		
	Acompanhamento e supervisão da atividade pelo Director Técnico		Executada		
<b>Processo: Reclamações</b>					



Incumprimento das regras de registo e reporte	Aplicação das regras de registo das reclamações	Médio			Não se aplica
Extravio ou deliberada inutilização negligente de documentos	Ação de monitorização do cumprimento das regras de manuseamento e utilização dos documentos	Médio			Não se aplica
<b>Processo: Propriedade do utente idoso</b>					
Incumprimento dos deveres com o controlo da propriedade do utente	Acesso restrito aos valores a gerir; Aplicação dos mecanismos internos de controlo do depósito de dinheiros e valores do utente; Monitorização de controlo ao cumprimento dos procedimentos	Reduzido	Executada		
Apropriação indevida de bens e valores dos utentes	Procedimentos de controlo interno e acompanhamento e supervisão pelo Director Técnico	Médio	Executada		
<b>Processo: Admissão de utentes</b>					
Irregularidades no processo de admissão de utentes	Procedimentos de controlo interno; Segregação de funções; Monitorização de controlo ao cumprimento dos procedimentos	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Preenchimento de dados referente ao controlo de frequências e para enviar ao ISS</b>					
Negligência na identificação de utentes/NISS	Monitorização transversal	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Prestação de serviços</b>					
Incumprimento no cumprimento da Legislação aplicável às Respostas Sociais	Aplicação de medidas de segurança e controlo; Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Aplicação dos princípios e valores plasmados no Código de Ética e Conduta	Reduzido	Executada		
<b>Processo: Prestação de serviços</b>					
Incumprimento da gestão de lista de espera	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos	Reduzido	Executada		
<b>Processo. Atualização de Mensalidades</b>					
Incumprimento do valor (es) aplicado(s) de imparcialidade e transparência	Segregação de funções com clara definição dos deveres afetos; Registo, monitorização e controlo do processo	Reduzido	Executada		
<b>Processo. Monitorizar registos em plataforma digital</b>					
Omissão e manipulação dos registos de cuidados na plataforma digital de gestão de utentes	Aplicação de medidas de segurança, monitorização e controlo; Consciencialização dos riscos e penalidades decorrentes da quebra dos princípios e valores plasmados no Código deontológico e de Ética e Conduta do CPSB	Reduzido	Executada		



Em resultado da monitorização efectuada às medidas previstas no Plano para as situações de risco, constata-se que:

- 84% encontram-se totalmente implementadas;
- 6% estão em curso;
- 10% não se aplica ao ano de 2025.

No ano de 2025 não ocorreram novos factores que tenham alterado os graus de risco identificados na tabela que se encontra no Plano. Também não se verificaram situações geradoras de identificação de novos riscos, pelo que a supracitada tabela mantém integralmente a sua conformidade. De igual modo, as medidas preventivas elencadas no Plano, os mecanismos de controlo e os responsáveis nomeados mantêm actualidade.

No período a que reporta o relatório não se verificou a ocorrência de qualquer facto que indicie a prática de corrupção ou indicie a ocorrência de outro risco conexo nem se verificaram violações aos princípios e valores previstos no Código de Conduta.

### **Análise Global**

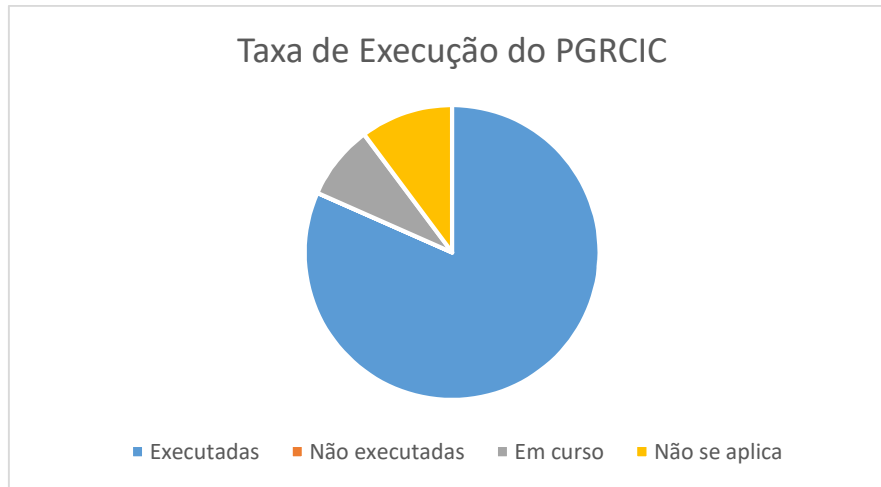
Apresenta-se, seguidamente, a tabela com os dados de execução das medidas identificadas no Plano.

<b>Medidas</b>	<b>2025</b>
Consideradas	49
Executadas	41
Não executadas	0
Em curso	3
Sem informação	0
Não se aplica	5
<b>Taxa de execução</b>	<b>84%</b>

NOTA: no que diz respeito a 10% das medidas (não se aplica), não foi executada nenhuma acção, uma vez que se trata de ocorrências não verificadas, o que impossibilita a aplicação das medidas definidas.



Gráfico com a Taxa de execução do Plano



Grau de execução global das acções constantes do PGRCIC

### Recomendações

A monitorização e avaliação do Plano mantém como recomendações de melhoria os seguintes aspectos:

- Realização de acções de formação que abranjam todos os funcionários da instituição e definição de uma periodicidade para as acções de reciclagem/actualização.
- Na definição das medidas a adoptar, operacionalizar melhor as mesmas, de forma a facilitar a sua implementação e acompanhamento.
- Na identificação dos riscos desdobrá-los em situações mais concretas e específicas, de acordo com as situações reais prováveis de acontecer, recolhendo para o efeito as sugestões dos funcionários, especialmente nos momentos formativos.
- Fazer uma infografia para cada área de risco, onde se resumissem os riscos associados a cada uma delas, preferencialmente algo que fosse visualmente apelativo e de fácil leitura.

### Conclusão

A monitorização e avaliação dos riscos e medidas preventivas reveste-se de maior importância para o controle da implementação das medidas de prevenção e para a própria finalidade do Plano enquanto instrumento de prevenção de corrupção.

Analisada e avaliada a implementação do Plano conclui-se pela sua efectividade, utilidade e eficácia das medidas dele constantes.

Apesar do esforço de prevenção efectuado, esta matéria não é compaginável com a implementação de medidas circunscritas a um período limitado de tempo, pelo que se impõe dar sequência, em continuidade, às medidas já adoptadas, havendo certamente espaço para promover o aperfeiçoamento de algumas delas ao longo de futuros exercícios



Neste sentido, algumas das acções previstas para tratar os riscos identificados no Plano, encontram-se a ser executadas, não estando ainda concluída a sua implementação. Estas distinguem-se, na sua maioria, por refletirem processos complexos, cuja implementação tem sido gradual, pelo que o acompanhamento por parte do Gestor do Plano é, dessa forma, circunstanciado.

As recomendações apresentadas neste Relatório devem ser tidas em conta quanto à possibilidade de rever o Plano, no sentido de aprimorar o modo de operacionalização dos riscos e medidas, a fim de facilitar o seu acompanhamento e implementação por parte da equipa responsável.